

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UM EXERCÍCIO TEÓRICO — METODOLÓGICO

Maria Lúcia Estrada Rodrigues*

1. INTRODUÇÃO

A origem das questões que resultam na elaboração deste texto situa-se em preocupações específicas com as áreas urbanas submetidas a processos de industrialização acelerada e planejada pelos governos, como são os casos de Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais)

Ora, a tentativa de analisar este fenômeno pelo âmbito das redes de relação que se estruturam no espaço ou com ele revela o espaço como sofrendo uma ação deformadora, destruidora, desorganizadora quando considerado sob a ótica das características até então existentes. As formas de ocupação do espaço vão sendo afetadas como resultado das novas modalidades de produção econômica que aí se desenvolvem. Isto produz uma aparente desorganização do espaço. Aparente porque o que está em curso é uma mudança que exige a visão do problema por uma nova ótica, imposta pelo avanço do capital industrial monopolista. E, nesta medida, o Estado é compelido a agir através de seus técnicos e planejadores para produzir as condições necessárias para a manutenção da harmonia social e a instauração de uma outra ordem. Esta busca de uma *outra ordem* guia a ação do planejador e o leva a analisar a realidade objetiva como desordem.

Devemos questionar a natureza dessa desordem. É ela inerente às formas de intervenção que estão-se operando na totalidade social e que produzem uma ocupação urbana e uma utilização do espaço

* Mestre em Geografia pela FFLCH — USP.

em sentido oposto ao esperado pelos planejadores? Não devemos começar a análise a partir da consideração de que tal desordem manifesta contradições que peretencem à natureza e à forma de se produzir o espaço num certo modo de produção?

Se o espaço resulta da intervenção do homem e dos interesses que nele se acham em conflito, fica evidente que a função do geógrafo deve ultrapassar o nível da constatação e descrição destes fenômenos. Faz-se necessário costrar que o espaço não é apenas um lugar que está sendo transformado, mas é o lugar incorporado na forma e no processo da ocupação, apossado como objeto e transformado segundo as necessidades e exigências evidenciadas pelo modo de produção hegemônico.

Para a análise, converte-se em exigência a introdução do real, conceito vivido na abordagem dos problemas da ciência e no caso específico da Geografia. Entendemos que a questão teórica do espaço implica uma indissolubilidade com a maneira prática pela qual ele é reproduzido. Não é mais apenas uma questão teórica, e sim prática. É prática em dois sentidos: num, enquanto o espaço *não é uma idéia*, independentemente das relações sociais e de produção que nele ocorrem, mas é uma construção a partir da intervenção humana; num outro sentido, esta visão do espaço, como construção concreta, permite uma orientação dialética na análise do objeto, pois a abordagem do espaço, enquanto objeto que está sendo produzido (pela prática concreta dos homens), possibilita à ciência uma busca de unificação e universalização (elaboração de conceitos) e, em segundo o lugar, um retorno ao objeto, que agora ganha um novo sentido, uma nova compensação. A teoria agora se acha colada ao concreto.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO PROCESSO

Vamos considerar para nossa discussão o exemplo do que ocorreu e está ocorrendo na cidade de Betim (MG) que nos permitirá apontar o modo de análise que estamos propondo.

Betim é a porção do espaço em questão, o ponto de partida para o qual a percepção imediata e o conhecimento ingênuo nos chamou a atenção. Betim é o município escolhido pelo governo de Minas Gerais para sediar um Distrito Industrial no interior da proposta de industrialização do Estado. E esta escolha faz parte de uma política de planejamento afinada com o projeto nacional de desenvolvimento industrial.

Como esse plano de desenvolvimento se enquadra num processo de expansão apoiada no capital (no caso, do capital industrial monopolista) sob a liderança do Estado, esse processo produz e é produto de uma rede de fatos que se cruzam: os interesses do capital, a direção do Estado, a interferência na ordem econômica e social existente, o movimento de grandes massas humanas que se deslocam para centros mais avançados, proletarizando-se ou marginalizando-se do processo produtivo pela integração na força de trabalho ou por uma exclusão, empurradas que são para os subempregos e periferias das cidades etc..

Igualmente, uma série de transformações ocorre na área urbana sob a influência dos novos centros produtivos, gerando novas áreas de lazer, a “reurbanização do centro da cidade”, alargamento das vias públicas, iluminação, pavimentação etc.

Evidencia-se, assim, que as mudanças que se operam no âmbito social, político e econômico da relação humana na cidade são frutos e ao mesmo tempo agentes do mesmo processo. Desta forma, a questão da Geografia, enquanto ciência que se centra no estudo do espaço, se vê imersa numa gama de questões que compõem a totalidade concreta da qual estes dados são fenômenos que exigem uma investigação para além deles.

Aqui se coloca a nossa preocupação fundamental: como explicitar as transformações por que passa esta porção do espaço, dentro de uma análise mais abrangente? Qual a postura a ser assumida se o que se pretende é a análise de uma realidade, uma porção do espaço concreto que está sob um processo de industrialização e que, em decorrência disso, recebe alto grau de investimentos e se transforma profundamente?

3. UMA EPISTEMOLOGIA DIALETICA PARA A GEOGRAFIA

“Ora, qual é a visão do mundo epistemologicamente privilegiada, qual é o ponto de vista mais favorável ao conhecimento real?” (LOWY, 1975:37). Esta também converte em nossa indagação e nos exige um avanço no exercício teórico: não nos deter, apenas, na constatação dos fenômenos, nem estabelecer as suas relações mais visíveis, mas procurar escavar todos os fatos que são determinantes. Nos referimos ao conhecimento das políticas públicas — transportes, energias, fiscais, creditícias etc. em Minas Gerais e inseridos na proposta do modelo nacional de desenvolvimento; dos canais institucionais

gerados em Minas com vistas ao desenvolvimento industrial: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — BDMG, Instituto de Desenvolvimento Industrial — INDI, Companhia dos Distritos Industriais — CDI etc., que nos apontam para o novo período industrial mineiro. E é no interior da “nova industrialização mineira” que podemos contextualizar Betim.

Esta nova fase resulta em mudanças sensíveis para a cidade, quando aí, introduzido o moderno capital industrial monopolista, se instaura uma nova ordem, a ordem do capital, patrocinada e sub-assumida pelo Estado e que concorre para a excessiva expansão populacional da cidade. Esta nova ordem não é composta tranqüilamente. O avanço do capital faz também avançar as forças que se lhe opõem. No entanto, a relação mais fundamental que o capital estabelece é com o trabalho. Logo, ao avanço do capital — que aqui se faz sob a proteção e sustentação do Estado — corresponde igualmente o avanço das forças sociais que se opõem a ele, produzindo um quadro de lutas entre os agentes que atuam *no* e *com* o espaço. Tais lutas se refletem na composição urbana: organização e desorganização, ordem, desordem, outra ordem.

Faz-se importante destacar que, ao utilizarmos e identificarmos no urbano ordem e desordem, organização e desorganização, não estamos:

- pensando o processo industrial em Betim como uma singela sucessão de fatos no tempo;
- nem que este processo seja uma sucessão de causas e consequência que, por sua vez, gerariam novas ações — outras causas e consequências;
- nem que os fatos desencadeados em Betim sejam dispersos e isolados, somente alcançando sua unificação pela consciência do pesquisador.

O que percebemos no urbano, ao problematizar desta forma a realidade objetiva em análise, é que:

- estes acontecimentos não se dão no tempo, mas *são* o tempo;
- não há uma dimensão de causa e efeito de ação e reação. O que existe é a produção de contradição que, por ser produção, sugere e leva à sua própria superação, constituindo-se assim no movimento da história;
- que este é, portanto, um processo contraditório unificado em si mesmo e por si mesmo.

4. BETIM — ÁREA ELEITA PELO PLANEJAMENTO DO ESTADO

A escolha do município de Betim como opção locacional para um Distrito Industrial não é resultado de uma atitude isolada, aleatória. Ela faz parte de uma etapa da política de planejamento do Estado, operacionalizada pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais — CDI-GM, interessada em estimular a formação de um pólo econômico ao redor do mais importante centro populacional de Minas Gerais — Belo Horizonte —, ele mesmo já local da atração de investimento e de população juntamente com Contagem. As vantagens advindas da concentração em Belo Horizonte e arredores, a infra-estrutura instalada, as facilidades de comunicação com os grandes mercados consumidores do país, inclusive com portos marítimos, são aspectos ponderáveis, na medida em que compõem um elenco de vantagens à expansão do capital.

O Estado de Minas Gerais, na década de 70, ingressa numa fase de dinamismo industrial — a “nova industrialização mineira”, cuja articulação e preparação nos remete à própria criação de Belo Horizonte, cujos objetivos ficam claramente explicitados pela fala do então presidente do Estado, Augusto de Lima, durante o Congresso Constituinte em 17 de abril de 1981, ao se referir à nova capital de Minas Gerais, dizendo: “. . . que seja centro de atividade intelectual, *industrial*” (grifo meu) “e financeira e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais. . .” (LE VEN — 1977: 23).

A instalação da Cidade Industrial de Contagem em 1941, a criação de uma empresa *holding* — Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG, em 1952, o empenho do governo estadual no período 1951-1955, através do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, na expansão da rede rodoviária mineira, são esforços que o Estado mineiro desenvolve no plano infra-estrutural e que resultam na atração de indústrias ao redor de Belo Horizonte, confirmando a proposta inicial da criação de B. H. ainda em fins do século XIX.¹

A Concentração industrial e o alto grau de urbanização que ocorreu ao redor de Belo Horizonte está longe, portanto, de ser um

¹ A cidade industrial de Contagem, embora implantada no início dos anos 40, apresenta os primeiros resultados em termos de atração de investimentos industriais na década de 60, transformando-se no maior centro industrial do Estado de Minas Gerais, através de investimentos alemães (Mannesmann), americanos (RCA Victor), suecos (Eletro-Solda Autógena-Brasileira), luxemburgueses (Trefilaria da Belgo Mineira) e italianos (Sociedade Brasileira de Eletrificação).

processo espontâneo. Ele só foi possível "... mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, de outro, encaminhar o expediente acumulável às empresas que incorporaram os novos métodos industriais de produção" (SINGER — 1975:34).

Enquanto se desenvolvem as condições infra-estruturais, agora já sob a égide do Plano de Metas, Minas se lança em busca de dois objetivos: a siderurgia e a construção de um oleoduto.

A USIMINAS — Usina Siderúrgica de Minas Gerais S. A. é criada em 25/04/56, como resultado de pressão dos vários setores políticos, econômicos, financeiros, entidades de classe, contra a prioridade dada pelo governo federal à COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista S. A.

O segundo objetivo — o oleoduto — também se constituiu em questão prioritária, já que as carências no abastecimento são exorbitantes. Os estudos para esta implantação concluem pela necessidade e viabilidade não só do oleoduto mas de uma refinaria que a Petrobrás inaugura só em 1968 — a Refinaria Gabriel Passos, no município de Betim.

Ao final da década de 50, Minas Gerais, através da ação do Estado e do planejamento que caracteriza este período, mostra-se preparada para ingressar mais diretamente no processo produtivo industrial. Procura o Estado, com isso, diminuir, se não eliminar, as desigualdades entre Minas e os dois polos industriais do país — São Paulo e Rio de Janeiro. A infra-estrutura energética está implantada e as principais integrações rodoviárias estabelecidas. A partir desse momento, Minas espera por investimentos que possibilitem uma mudança na estrutura industrial até então existente.

É necessário lembrar que o que ocorre em Minas Gerais não se dá isoladamente a nível de unidade federativa, mas se ajusta ao quadro do modelo de desenvolvimento nacional e só pode ser entendido em função desse modelo que, de certo, está sendo implementado desde a década de 30.

Entretanto, uma análise mais detida dos rumos do Brasil pós-64 vai indicar-nos que, praticamente, não ocorrem mudanças estruturais no modelo econômico dominante desde o período acima mencionado. A mudança se opera mais significativamente no quadro do domínio

dos aparelhos políticos.² Mas o esclarecimento dessa mudança no quadro político nos permite compreender as transformações substanciais implantadas nos vários setores da produção. Tais mudanças se dão em função da estratégia econômica do projeto de desenvolvimento assumido. Assim se compreende que o controle do aparelho político será encarado como mediação dos vários interesses econômicos explicitados na identificação dos grupos ou das classes que, em aliança, concorrem para a criação do "novo Estado", com o objetivo de controlar o desenrolar do processo.³

A partir de 1964, retoma-se de modo radical o processo de desenvolvimento econômico iniciado em 1930. Essa data assinala, de certa maneira, a difusão na sociedade nacional da convicção do sucesso da industrialização na promoção do desenvolvimento dos países capitalistas europeus e dos Estados Unidos. A crise de 29-32 concorre para convencer amplos setores da sociedade brasileira da inviabilidade do desenvolvimento harmônico mantendo-se a estrutura da produção agrária de um lado e o nível de dependência do mercado externo de outro. Nas brechas dessa crise internacional que afetou profundamente a economia brasileira, encontra a burguesia urbana nacional o espaço para reivindicar os rumos da economia. E aqui busca e encontra o respaldo necessário no Estado. A Revolução de

2 Convém assinalar que estamos conscientes do fato de que o processo de industrialização brasileira e suas conseqüentes repercussões na direção do desenvolvimento econômico não se dá de forma unitária e harmônica. Podemos, de certa maneira, identificar uma linha de continuidade no processo de implementação desde a Revolução de 30 — a busca do caminho da industrialização e da modernização como condição para o desenvolvimento econômico independente —, conquanto tal processo tenha sofrido sensíveis alterações durante sua implementação. Se de um lado o processo é essencialmente nacionalista e desenvolvimentista de 1930 até meados da década de 50, de outro lado podemos identificar a sensível penetração na economia do capital multinacional, europeu e americano, principalmente a partir de 1956. Esta crescente penetração do capital multinacional concorre, de um lado, para a internacionalização da população e, de outro lado, para criar um nível de luta política, acentuada no período 61-63. A solução do movimento político-militar de 64 estabelece e radicaliza a abertura da economia para o capital internacional, assumindo então o Estado um papel fundamental na direção da economia brasileira. Desta forma, o que nos interessa aqui é a constatação de que há um processo de industrialização no Brasil convertido em meta fundamental para o desenvolvimento econômico e social e que tal processo, na sua forma nacionalista e internacionalista, recebe o decidido apoio do Estado e produz sensíveis mudanças na ordem econômica, social, política e na ocupação e reordenação do espaço brasileiro.

3 Este conceito de "novo Estado", para se referir ao Estado brasileiro e sua organização política após-64 e seu papel na criação e ampliação da racionalidade administrativa e política, geradora da tecnoburocracia nacional, se encontra explicitada em RODRIGUES, 1979:55-84.

30 possibilita o deslocamento do eixo hegemônico do bloco no poder em direção aos grupos urbanos defensores da industrialização como condição necessária para a própria afirmação nacional. Assim, o anseio do desenvolvimento nacionalista assinala o perfil dos novos tempos. E ao Estado, principalmente após 1937, cada vez mais é atribuída a tarefa da participação efetiva no novo projeto, garantindo o sucesso do mesmo pelo disciplinamento e direção, ao mesmo tempo que se apresenta como “ente harmônico” dos interesses divergentes de todas as classes.

A partir da II Grande Guerra, esse esforço de desenvolvimento industrial e de participação crescente na economia mundial acaba por fortalecer ainda mais o papel do Estado, com o advento das idéias do planejamento como condição necessária para o sucesso do modelo. Inicia-se aí a ascensão do prestígio da tecnoburocracia e da tecnocracia como atividade fundamental no Estado. Passam, assim, no mesmo processo de desenvolvimento, a caminhar juntos o fortalecimento do Estado, o advento de uma tecnoburocracia estatal, o enfraquecimento da representação e do papel das instituições políticas, a ideologia desenvolvimentista, o fortalecimento do Estado nacional etc. A inviabilidade do projeto nacionalista produziria mais tarde a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro que, aliado ao Novo Estado pós-64, possibilita a plena expansão do capital monopolista, redefinindo, se não os rumos do desenvolvimento econômico — de certa maneira traçados desde 1940 —, pelo menos o papel do Estado na composição do novo bloco do poder.

Enquanto isto ocorre em termos nacionais, vão-se produzindo reflexos regionais. A própria centralização do poder político nacional coloca os Estados federativos sob dependência do governo central. Se isso estabelece limites à independência dos governos estaduais de um lado, por outro possibilita a manipulação dos interesses e do planejamento nacional para a implantação de políticas de desenvolvimento regional. E de certa forma é nesse contexto que os governos do Estado de Minas Gerais agem, objetivando reproduzir no Estado a política nacional de desenvolvimento industrial.

E, no início da década de 60, quando Minas se prepara para o desenvolvimento, a economia brasileira entra em recesso, provocando a retração de investimentos, frustrando e retardando as suas expectativas de industrialização.

A crise brasileira que ocorre de 1963 a 1967, prova a descapitalização das empresas e uma grave retração na produção. No entanto,

a partir de 1968, quando se inicia um novo surto, o desenvolvimento da economia em termos nacionais se dá juntamente com um alto nível de concentração e centralização do capital. Tal fato tende a marginalizar as regiões menos desenvolvidas, em termos de modernização produtiva. Isto vai exigir um esforço redobrado para conservar e desenvolver os setores já instalados nessas regiões, além de estimular a implantação de outros setores produtivos mais modernos na região.

Nesse período de recessão, as indústrias básicas mineiras, localizadas em função dos recursos naturais e voltadas para o mercado regional e nacional, mantiveram o seu crescimento. Por seu lado, as indústrias de bens não duráveis permaneciam destinadas ao mercado nacional — à exceção da indústria de laticínios, tradicional setor no Estado — já que não apresentavam condições de concorrência com suas similares de São Paulo e Rio de Janeiro.

4.4. O TRIPÉ INSTITUCIONAL DE SUSTENTAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Paralelamente à crise econômica nacional e à realidade industrial de Minas Gerais, cria-se no Estado, em 1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — BDMG. Suas atividades, a princípio, se voltam para alguns projetos voltados para os setores com os quais Minas já estava envolvida.⁴ Ao mesmo tempo, empreende uma série de estudos sobre a economia mineira que resultou no “Diagnóstico da Economia Mineira”, cujas análises resultam na caracterização de Minas Gerais como um Estado em nítida situação de desenvolvimento. E os principais indicadores levantados são: baixo grau de urbanização, predominância de atividades agropecuárias, grandes diferenças de níveis de produtividade, baixo nível de saúde e escolarização.

O diagnóstico, também, confirma a concepção generalizada de que Minas sempre fora explorada: inicialmente, através da extração de ouro e pedras preciosas; depois, pelo fornecimento de minérios ou ferro e de produtos primários aos pólos industriais; por fim, através de insumos industrializados (aço e cimento, principalmente) e de energia elétrica para acelerar a industrialização de São Paulo.

A partir de 1964, na esteira do que ocorria em nível nacional, o processo de desenvolvimento mineiro toma outros rumos. O pres-

⁴ É o caso implantação de alguns frigoríficos como a FRIMISA, FRIMUSA, refinaria de milho etc.

tígio da tecnocracia estatal reacentua-se e é ela que, no comando do projeto de desenvolvimento, planeja e direciona a participação do Estado no oferecimento de condições de toda ordem para a atração de investimentos ao Estado mineiro. Desta forma, os órgãos que compõem o aparelho tecnocrático do Estado se lançam, conjugados os seus esforços e objetivos, na criação dessas condições, e que sejam atraentes aos capitais, especialmente estrangeiros.

O BDMG, fortalecido e prestigiado, passa a compor, juntamente com a CEMIG, o exemplo claro da independência do Planejamento e da Tecnocracia frente às Instituições Políticas do Estado, buscando com isso a plena expansão do capital. Nesta medida se associa à própria CEMIG para a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial — INDI (1968-69), com a função de objetivar estudos de oportunidade industrial.

Além de outros tantos convênios com numerosas instituições, departamentos, secretarias de Estado e a constituição da Fundação João Pinheiros, o BDMG cria a Companhia de Distritos Industriais — CDI, resultado da transformação do Departamento de Industrialização da Secretaria da Agricultura e apoiado no sucesso da Cidade Industrial de Contagem, na necessidade de sua ampliação e de criação de outras áreas industriais.

Ao findar a década de 60, o BDMG está metido de forma direta ou indireta em praticamente toda a administração pública estadual. O INDI e a CDI, experiências novas no Brasil, se antecipam aos demais Estados e ao próprio Governo Federal na criação de instituições dessa natureza. Estes órgãos facilitam o acesso e eliminam os labirintos da burocracia pública e, por outro lado, pelo seu caráter de autonomismo administrativo financeiro, gozam de facilidades e de rapidez na concentração de pessoal.

Desta maneira, está formada a base de sustentação, apoio e promoção aos novos empreendimentos industriais mineiros, que se caracterizam, especialmente, pelo favorecimento à entrada de capital estrangeiro, apoiado e prestigiado pelo Sistema de Incentivos Fiscais — SIF. Este sistema concede isenção até 32% do ICM correspondente ao Estado até o limite do investimento, para as indústrias que se instalassem ou para aquelas que, já instaladas, se expandissem em pelo menos 40% do volume físico da produção dos últimos 12 meses. Sua ação se mostra positiva dentro dos objetivos pretendidos, na medida em que é convergente às diretrizes implantadas pelo tripé institucional do BDMG-INDI-CDI e à fase de expansão da economia nacional.

Inicia-se, a partir do quadro instaurado, a fase da “nova industrialização mineira”, que se caracteriza por algumas linhas diretrizes, a saber: diversificação da estrutura produtiva do Estado, desconcentração espacial de seu desenvolvimento, incorporação econômica do Noroeste do Estado, apoio ao processo de penetração do interior do país, meta federal, e melhoria na distribuição dos frutos do desenvolvimento.⁵

Entretanto, duas linhas mestras podem ser extraídas da proposta maior. Em primeiro lugar, o que se pretende é alterar a situação geral da indústria mineira, nos seus aspectos de especialização produtiva. E, em consequência e por força mesmo desta meta, que nada mais é do que uma proposta de modernização das atividades produtivas em todos os seus setores, propõe-se a “desconcentração espacial e urbana do desenvolvimento”.⁶ Neste contexto, embora se proponha uma reformulação para as diversas regiões do Estado, a tendência foi a de concentração esforços na criação de um pólo de desenvolvimento, especificamente ao redor de Belo Horizonte.

4.2. O SUCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E O SUCESSO DA TECNOCRACIA

A proposta do planejamento regional para Minas Gerais está ligada à própria definição do II Plano Nacional de Desenvolvimento, onde são colocadas algumas diretrizes gerais, especialmente aquela que visa à descentralização industrial e ao estabelecimento de um melhor equilíbrio do triângulo formado por São Paulo—Rio de Janeiro—Belo Horizonte. A proposta mineira se faz, então coerente com a proposta federal e usufruindo de privilégios como os incentivos fiscais (FINOR, FINAM, Fiset, PIN, PROTERRA etc.), incentivos financeiros (POLOCENTRO, PRONAP, Programa Nacional de Caudário Agrícola etc.) e outros.

Por seu lado, o Estado, ao nível de unidade federativa, se rearticula internamente, criando seus mecanismos particulares de incentivo à atividade industrial e à proposta de descentralização. E é a partir do tripé institucional armado — BDMG-INDI-CDI — que encontramos a demonstração clara de toda a reformulação do Estado para atender à revisão de seu próprio projeto.

5 Estas metas estão expressas no *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social* — 1972/1976, elaboração do Governo Rondon Pacheco e aprovado pela Lei nº 5.852 de 14/12/71.

6 *Idem*, pág. 12.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, autarquia estadual, foi criado com o encargo de financiar os projetos industriais e agropecuários e hoje se constitui no maior Banco Estadual de fomento do país. Entretanto, existiam dificuldades sensíveis a serem superadas, pois "o BDMG e a CEMIG viram-se tolhidos pelo atraso em que se encontrava a economia mineira. Pode-se mesmo dizer, como afirmam hoje empresários e técnicos do governo, que o 'Banco de Desenvolvimento, um órgão de financiamento, não tinha a quem financiar. E o mercado da CEMIG, uma empresa concessionária de energia elétrica, se reduzia a um número limitado de indústrias'" (Informativo do INDI, s/d: 37).

A partir desta situação anacrônica, o banco se lança num Plano de Aceleração do Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, tendo como conseqüência direta a criação do INDI. São conseqüências diretas de sua atuação nesta fase as instalações da GM-Terex, Manguels, Termo-Canadá e Poclairn.

Os primeiros resultados objetivos alcançados pela ação dos tecnocratas estimulam sua imaginação criadora e, com isso, se lançam na criação da CDI. Seu objetivo é o de planejar, implantar e administrar distritos industriais no Estado, sendo este, o DI, entendido como instrumento de promoção, de reordenação e disciplinação da localização industrial, e mesmo de desenvolvimento regional.

Nestes distritos industriais, a linha de atuação da CDI é fiel à sua proposta e proporciona aos investidores: venda de terrenos a preços subsidiados por 5 anos, com infra-estrutura já instalada, incluindo vias de acesso pavimentadas, sistema de água e esgoto, energia elétrica, comunicação etc.; financiamento das construções industriais, também pelo prazo de 5 anos, com carência de 2 anos a juros médios de 8% ao ano, acrescidos de correção monetária; isenção do pagamento de imposto municipal sobre a propriedade territorial e predial, pelo prazo de 10 anos; e mais um programa de implantação de galpões industriais para grandes indústrias, sob a forma de compra (com financiamento a médio e longo prazos), de arrendamento com opção de compra (em prazos acima de 8 anos, com carência de 6 a 12 meses), ou alugados.

A constituição do Fundo de Apoio à Industrialização (FAI) vem completar, junto com os demais incentivos existentes, a articulação do Estado na promoção à industrialização. "O FAI é o estímulo à decisão de implantar ou expandir sua indústria. É um esquema novo de funcionamento de capital de giro, em condições extraordinárias

aos demais fundos convencionais. Criado pelo governo de Minas, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, através de recursos de dotações orçamentárias, o FAI visa, sobretudo, ao apoio à indústria de transformação." (Informações básicas para investidores, s/d 81:2).

E o projeto de tecnocracia seria concretizado. Crescem o número das empresas e o nível de investimentos da mesma forma que cresce a participação do capital monopolista, privado ou público. É neste momento, entretanto, que emerge uma contradição, no interior do próprio projeto desenvolvimentista industrial: enquanto a proposta de expansão industrial e a diversificação de sua estrutura produtiva se realizam, a descentralização das atividades industriais não acontece. E isto se deve à própria dinâmica do processo, isto é, ele não foge às exigências que são essenciais ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, na medida em que a urbanização (e aqui estamos fazendo referência ao crescimento urbano-industrial de Belo Horizonte e seus arredores) é inerente às áreas onde novas atividades são desenvolvidas, a partir da transformação de sua estrutura produtiva.

Portanto, o crescimento urbano de Belo Horizonte e de sua região metropolitana e a centralização das atividades que sua infraestrutura urbana oferece nada têm de excessivo porque são fundamentais ao próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Neste contexto se coloca Betim, porção do espaço escolhida para localizar um Distrito Industrial. Instala-se o DI e sua infraestrutura, os financiamentos e incentivos estão abertos. Resta agora a industrialização.

5. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A operacionalização do plano de implantação do DI em Betim se faz mediante uma série de estratégias e táticas, coerente com a Política de Planejamento e a Ideologia do Desenvolvimento⁷ que di-

⁷ Utilizamos a expressão Política de Planejamento e Ideologia do Desenvolvimento para nos referirmos aos princípios que norteiam a ação do Estado em relação ao seu plano de desenvolvimento industrial. No caso de Minas Gerais, essa política e essa ideologia comportam um conjunto de objetivos firmemente determinados, orientados e definidos segundo as necessidades das frações hegemônicas nos setores privilegiados da nova economia. Estas frações fazem representar seus interesses nos aparelhos burocráticos do Estado, principalmente através dos tecnocratas aí alocados. A Ideologia do

reacionam a economia o país e, de modo mais específico, do Estado mineiro. A escolha de Betim, segundo o próprio discurso oficial, se faz em função da existência das condições para a instalação de um poderoso parque industrial, atendendo às exigências das empresas que ele se propõe atrair: vias e meios de transportes eficientes que interliguem Betim com os principais centros econômicos do Estado e fora dele; abastecimento de água e energia suficientes para sustentar de um lado o pretendido setor industrial e, de outro, o crescimento populacional acelerado dele decorrente; proximidade aos centros sidero-metalúrgicos fornecedores de insumo básicos industriais; facilidades na obtenção de mão-de-obra, qualificada ou não, pela proximidade a Belo Horizonte e Contagem, centros de grande concentração populacional.

Para Betim, este processo industrial, iniciado ainda na década de 50, comporta avanços e recuos, freqüentemente dependentes da direção geral da economia nacional, mas que, a partir do início da década de 70, aproveita as condições favoráveis da Política de Desenvolvimento Nacional e ganha impulsos novos.

Próxima ao centro dinâmico da economia mineira — Belo Horizonte e Contagem — e à área metalúrgica do Estado, Betim oferece algumas das condições de uma forma muito peculiar. Esta proximidade geográfica e o fato de ser passagem e caminho de mercadorias e de matérias-primas entre centros da importância econômica de São Paulo e Rio de Janeiro, dotaram-na de significativas vantagens. No momento em que Minas lança a nova proposta industrial, atraíram-se outros fatores ligados aos incentivos e isenções financeiras e fiscais, tornando Betim uma opção mais do que vantajosa para o plena realização da proposta.

Outros aspectos, ainda, podemos considerar.

Ao nível mais geral, a delimitação (institucional) do espaço segue a lógica do sistema de implantação e de desenvolvimento de empresas industriais monopolistas em regiões subdesenvolvidas. Inicialmente, o que importa é o centro maior, e Estado e capital ignoram outras parcelas do espaço social. O elemento postíquo — a industrialização induzida e o Distrito Industrial — ali se instala. Ora, tais práticas só

Desenvolvimento comporta uma prática que, como toda ideologia, tende a se tornar uma crença, capaz de congrega a vontade de todos os demais segmentos sociais da população. Industrializar, como forma de promover o crescimento econômico e de propiciar a expansão do emprego e de melhores salários para as classes trabalhadoras, passa a ser uma crença difundida e aceita como caminho natural para o desenvolvimento social.

podem ser entendidas no seio da formação social em que são exercidas. Deve-se assinalar que, no caso do processo de industrialização no Estado mineiro, elas se dão no âmbito de uma sociedade de classes, onde os interesses evidenciados na oposição capital-trabalho se expressam objetivamente na forma de ocupação, organização, distribuição e posse do próprio espaço.

Num primeiro momento, o capital ignora a cidade, Betim. E o centro, entendido aqui como o lugar de intercâmbio entre os processos que nele se estabelecem (produção e consumo), é Belo Horizonte e Contagem. Num segundo momento, dentro da própria lógica da expansão do capital, ele se apossa de novos espaços, subjuga-os, instaura neles a sua lógica — táticas, subsistemas, coerências — ao mesmo tempo que amplia a produção e reprodução da força de trabalho.

A área industrial ocupada pelo grande capital se converte rapidamente em pólo de desenvolvimento econômico — o segundo pólo automobilístico do país — e atrai para si um contingente populacional imenso e de maneira acelerada.⁸ E, ao contar com a oferta da mão-de-obra existente em Belo Horizonte e Contagem, a diversificação e a expansão das empresas industriais vão contribuir para promover igualmente a atração desta mão-de-obra para Betim.

5.1. — A FIAT EM BETIM

Alguns pretendentes — empresários de São Paulo e Contagem por exemplo — concorreram com Betim, quando se decidia a vinda da Fiat Automóveis S.A. para o Brasil. Valeram as condições excepcionais oferecidas pelos mineiros, em primeiro lugar, e, em segundo, mas não menos excepcionais, as oferecidas por Betim: criação de escolas para a população do pessoal especializado necessário, sob a orientação de instrutores italianos, além do compromisso de atrair uma indústria acessória, com possibilidades de emprego para outros tantos trabalhadores. Também contribuiu o interesse demonstrado pelo empresário italiano Giovanni Agnelli (Fiat Turim, Itália) quanto à disponibilidade de mão-de-obra no Estado e, especialmente, na região de Betim, interesse esse que pode ser explicado em função da própria propaganda que o INDI desenvolve no exterior e que diz: “Muitos mineiros são altos, delgados, esbeltos e de pele clara, mas não existem barreiras de cor

⁸ No período compreendido entre 1970 e 1980 a população da cidade de Betim aumenta em 229%: de 17.536 habitantes para para 70.000, segundo dados do IBGE.

em Minas, nem em mito nem em fato. Homens e mulheres de todas as nações e de todas as raças são recebidos abertamente em Minas. Encontra-se também uma ausência de consciência de classe, e esta atitude está combinada com o senso democrático de que todos os homens são iguais". (INDI, *Introduction to Minas Gerais*: s/d.)

Está assim composto o quadro para se compreender a totalidade das razões que converteram Betim em pólo industrial de projeção nacional. Há uma aliança significativa entre o Estado e os capitais atraídos: o Estado planeja, desenvolve e oferta as melhores condições infra-estruturais (serviços de terraplenagem, estradas, esgotos, água, energia elétrica, saneamento, transportes), bem como isenção de impostos, estímulos financeiros, participação acionária no capital da empresa etc.

Considerando-se que a instalação desta empresa em Betim determina uma atração de numerosas empresas satélites e que, ao todo, cria aproximadamente 16.000 empregos diretos só na área do Distrito Industrial, evidencia-se um crescimento populacional acelerado para a área.⁹

A década de 70 produz, nesta porção do espaço, transformações radicais. E, neste contexto, devemos questionar: esse acelerado crescimento populacional, juntamente com o acentuado índice de urbanização denunciado, se encontra ajustado à nova realidade econômica e social produzida pela direção da produção do setor industrial instalado no município de Betim?

A resposta é evidentemente negativa. E aqui a situação ao redor de Betim apenas reproduz uma consequência característica do crescimento industrial em quase todas as regiões brasileiras. O modelo de desenvolvimento industrial privilegia essencialmente a empresa de grande porte, quase sempre de capital monopolista e que pressupõe uma produção especializada e tecnologicamente sofisticada. Tal tipo de indústria exige uma mão-de-obra na sua grande maioria com um mínimo de qualificação, além da mão-de-obra devidamente qualificada para os setores de ponta da produção. Entretanto, o processo de implementação dos novos setores produtivos e das novas empresas privilegiadas é precedido de um processo de desintegração das economias tradicionais, já que no mínimo ocorre um total desamparo governamental para tais setores produtivos. Isto acarreta, como já vimos, uma desintegração dessas economias tradicionais com a consequente transferência dessas populações para as áreas consideradas dinâmicas da nova economia.

⁹ Verificar nota nº 8.

A conseqüência é evidente. Há uma verdadeira avalanche de população para as zonas urbanas industriais, na busca de qualquer tipo de ocupação urbana que lhe possibilite a sobrevivência. Esta população não tem condições de ingressar no mercado de trabalho urbano — industrial em expansão. Acaba-se ocupando em trabalhos marginais aos processos industriais (empregos domésticos, construção civil etc.) e produz um verdadeiro inchamento no setor urbano. O mercado de trabalho que se encontra aberto e em expansão no setor industrial não se destina a tal população, que acaba marginalizada no avanço do processo.

Há, portanto, dois tipos de população que se estruturam na região: primeiramente, aquela população que constitui a mão-de-obra ajustada ao novo dinamismo da economia e que acaba ocupando espaços urbanos planejados e organizados em função das exigências sociais do papel que representam no processo produtivo. E, segundo, aquele representado por enormes contingentes populacionais sem qualificação adequada para ocupar lugar no mercado de trabalho industrial, e que ocupa de maneira desordenada os espaços urbanos ainda vazios. Os dois tipos de ocupação produzem conseqüências evidentes na produção do espaço, refletindo, por um lado, os interesses do capital que, ao se instalar num sítio, produz necessidades explícitas e implícitas. Por outro lado, obriga a ação do Estado a uma reorganização e replanejamento do espaço urbano, procurando produzir uma nova ordem social e urbana.¹⁰

5.2. — AS CONTRADIÇÕES NO E PELO ESPAÇO

Deve-se lembrar que a expansão física da cidade se faz na direção Distrito Industrial—Contagem—Belo Horizonte e que a ocupação destas novas áreas se dá de maneira a produzir uma distribuição hierarquizada da população no espaço social. E o CURA concorre para legitimar essa hierarquização social na ocupação urbana, já que, como decorrência de sua intervenção, valorizam-se áreas urbanas geralmente ocupadas por população de baixa renda, que acaba por ser expulsa delas, transformadas que são em áreas nobres, dirigindo-se, conseqüentemente, para áreas periféricas.

Esta expulsão e a forma desordenada da ocupação de novas áreas atrapalham tanto a lógica do planejamento institucional quanto os próprios interesses do capital. Não se deve, pois, buscar apenas

¹⁰ Estamos aqui nos referindo à adesão do município de Betim ao Programa da CURA — Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada —, em execução a partir de 1980.

na lógica do planejamento a compreensão das suficiências e insuficiências de sua ação para que a essencialidade do fenômeno seja manifesta. O capital precisa de uma população identificada como força de trabalho, e o Estado se propõe agir, organizando a produção e reprodução dessa força de trabalho para os agentes do desenvolvimento. No entanto, o crescimento da força de trabalho nos setores urbanos se faz em situações não esperadas, tanto pelo capital como pelo Estado, revelando as contradições que emergem em forma de luta *no e pelo* espaço. São as classes marginalizadas que, em sua ação, contrariam os interesses do capital, obrigando o Estado a um redobrado esforço para executar seu papel de harmonizador entre grupos opostos. E esta luta que se manifesta na história incorpora, por isto mesmo, os conflitos próprios da produção do espaço, que se reveste igualmente das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Os avanços do modo de produção capitalista em Betim deixam a descoberto tais contradições, que se revelam nas relações sociais urbanas.

5.2.1. — O CENTRO E A PERIFERIA

O centro é o lugar dinâmico para onde convergem as atividades, os fluxos de mercadorias, de dinheiro, de pessoas. Em Betim, a partir do processo de penetração do capital monopolista, ele se distingue e toma a forma de um eixo, interligando o antigo centro comercial da cidade com o Distrito Industrial, Contagem e Belo Horizonte. Forma-se, assim, um corredor dinâmico que é o lugar do comércio, do setor financeiro e da indústria. A partir dele e em função dele, instala-se e hierarquiza-se o entorno urbano: o lugar para o bairro mais sofisticado, o lugar do bairro operário, o lugar das populações marginalizadas em relação ao mercado de trabalho industrial, o lugar de comércio, o lugar do lazer etc.

Consideradas as necessidades do capital e a racionalidade do planejamento, apesar das degradações geradas e que são recompostas no decorrer do tempo histórico, pode-se concluir pela funcionalidade aparente da cidade.

Entretanto, o que se nos apresenta como estruturado e funcional na aparência deixa manifesta a contradição numa análise mais detida. Quando se examina a expansão do novo centro, pode-se notar que ele expulsa para as periferias espaciais a população aí anteriormente instalada ou ocupa lugares anteriormente a ela destinados.¹¹

11 A instalação do Distrito Industrial em Betim se faz ocupando áreas de loteamentos urbanos em fase de ocupação, acrescidas por outras, resultado de desapropriações em áreas rurais. A KRUPP e a FM ocupam, hoje, áreas dos antigos bairros Nova Baden e Maria Flávia, respectivamente.

O Estado, conquanto se apresente como harmonizador dos interesses de todos os segmentos sociais, prestigia o novo centro dando-lhe um perfil que atende aos interesses do grande capital. Isto se pode notar na medida em que o planejamento, incorporado como política que norteia a ação do Estado, estabelece níveis de valores diferenciados, bem como destinação diferenciada para o espaço, concorrendo para se estabelecer uma hierarquização social na construção do urbano. Esta hierarquização reproduz a própria hierarquização do trabalho, que, conquanto produzida nas relações sociais do trabalho, encontra agora um nível de legitimação no processo seletivo do urbano. Isto significa que a força de trabalho hierarquizada e diferenciada nas relações de trabalho ocupa e, conseqüentemente, constrói um espaço também hierarquizado e diferenciado. Esta é a forma como o urbano se deixa conduzir pela lógica do capital.

5.2.2. — ORDEM PRÓXIMA E ORDEM DISTANTE¹²

O reordenamento do espaço físico e das condições de “bem viver” constituem a tônica dos discursos oficiais e se consubstanciam no programa CURA para Betim.

O espaço urbano produzido e ordenado no âmbito de uma sociedade capitalista constitui-se como lugar privilegiado de produção e reprodução da mão-de-obra, já que a população é aí analisada como força de trabalho efetiva, de reserva ou futura. Desta forma os equipamentos urbanos, bem como os serviços sociais urbanos de educação e de saúde pública, visam a ajustar, preparar e repor a força de trabalho necessária ao capital, assumido como o agente principal do desenvolvimento econômico. Neste sentido, todos os componentes das relações espaciais urbanas são transformados em instrumentos da reprodução do capital. O urbano não é inocente, o espaço não mais se encontra “fora do lugar” e, sim, ele se acha perfeitamente integrado a essa nova ordem.

A reprodução das relações de produção e das relações sociais impostas pelo modo de produção capitalista constitui a “ordem distante” que funda a nova ordem urbana, invadindo a ordem próxima

¹² Conforme Lefebvre, “há no espaço social (urbano), em redor de cada ponto e de cada centro, seja ele grande ou pequeno, duradouro ou provisório, uma ordem próxima, a de vizinhança; por outro lado, a uma escala mais vasta, reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado)”, in Henri LEFEBVRE, *A re-produção das relações de produção*, p. 18-19.

das relações de vizinhança, de família, de amigos, que constituem os fundamentos da vida social dos indivíduos.

A nova ordem estabelece novas relações entre indivíduos, grupos, classes. Entre vida e trabalho. Entre trabalho e produção. Entre produção e consumo. As relações sociais, econômicas, políticas e culturais tendem a se converter em objetos, comercializados pelos mesmos princípios que constituem a mercadoria. Tudo é mercadorizado — comprado e vendido no espaço —, o que faz com que o urbano ganhe características de um grande mercado. Tais características BRAVERMAN assinala quando adverte que “desse modo a população não conta mais com a organização social sob a forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções deve ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes, excepcionais. Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço mas também padrões de vida são canalizados através do mercado”. (BRAVERMAN, 1977:235).

O homem, habitante da cidade, compra o seu morar e o seu comer, compra o seu lazer e a sua saúde, compra, enfim, o seu viver. Viver que significa manter as suas condições físicas e mentais, ao menos quanto ao essencial, para que ele possa garantir a reprodução de suas condições de existência como força de trabalho. É a própria força de trabalho que também se converte em mercadoria, materializando o que Marx anunciava: “Tudo se torna mercadoria”.¹³

A tentativa para superar as formas automatizadas de vida neste novo urbano se dá pela criação de formas institucionais de relações sociais. Desta maneira a vida social do indivíduo, as famílias, as relações de vizinhança se dão em associações, clubes, Centros Comunitários etc. Estas instituições, geralmente incentivadas pelas instituições representativas do Estado e protegidas pelos próprios planejadores urbanos, devem oferecer aos habitantes da cidade alternativas na forma de morar, na forma de lazer, na forma de viver.¹⁴

É desta forma que se tenta recuperar os valores da ordem próxima que foram degradados e desarticulados pela ordem distante. In-

13 Examinar Karl MARX, *O Capital*, capítulo VI (inédito) e capítulo I, livro I, volume I, “A mercadoria”, p. 41-93.

14 Em Betim somente agora começam a surgir, sob a inspiração do órgão oficial do Estado (Secretaria de Serviço Social) e de uma Pastoral Operária (ainda em fase de implantação), as Associações de Vizinhança, Associações de Bairros, Centros Comunitários etc.

troduzem-se no espaço urbano formas claramente manifestas de um reordenamento da vida social. Este esforço em Betim pode ser detectado pela política do “verde público”, dos conjuntos habitacionais multifamiliares, dos Centros Esportivos Comunitários e até dos quarteirões de vizinhança.

A inexistência no município de estoques de terrenos públicos disponíveis leva a Administração Municipal a empreender um esquema de desapropriação, acrescido da área doadas, que abrangem cerca de 516.394 m², destinadas a áreas públicas a serem preservadas. Retirando-se as faixas a serem ocupadas por vias públicas, faixas sanitárias e trevos, o restante destina-se à implantação do Parque Público Municipal e de Centros Esportivos Comunitários.

Ao parque municipal destina-se uma área de 340.000 m², originada de uma propriedade rural que possui a única mata natural existente na zona urbana e seu entorno, e que está enquistada entre bairros residenciais em franca expansão e a cerca de apenas 1.200 metros do centro comercial.

No caso dos Centros Esportivos Comunitários, a proposta, explicitada em detalhes, revela claramente a artificialidade de sua destinação, pois tais centros devem servir como instrumentos de promoção de esportes ao ar livre — aerodelismo, velódromo, *skate*, kartódromo, patinação etc. Receberão, também, um ginásio coberto e devem promover comemorações cívicas, eleições de entidades associativas de bairros, cursos de pequena duração etc. Não se deve ignorar nem mesmo o fator componente ideológico de tais intenções do poder público. “A organização e o controle da utilização diversificada e constante de determinado imóvel público, se forem bem sucedidos, já de per si constituirão um excelente ensinamento de *boa organização social*” (grifo meu), “uma das metas de um projeto comunitário”. (BETIMCURA-1978:52.)

Por outro lado, impõem-se áreas de vizinhança que têm a destinação de devolver à área CURA, de acordo com o próprio discurso oficial, sua função de dignificação do morar. Nos dois bairros em questão — Angola e Filadélfia — os quarteirões de vizinhança propostos serão sustentados por uma diversificação viária (vias arteriais, coletoras e distribuidoras, vias locais), no intuito de, hierarquizando através delas o uso do espaço, restituir aos moradores a tranqüilidade de ruas calmas onde se possa desenvolver as “práticas do lazer”. A área de recreação e lazer “. . . convenientemente tratada e conservada apresentará um número de equipamentos que desperte interesse da vi-

zinhança pela sua utilização constante. É fácil prever-se a sua potencialidade de uso, cobrindo os períodos matutino, vespertino e noturno, por todas as faixas etárias da população local". (BETIMCURA-1978: 73.)

Ora, a própria expansão industrial, populacional das atividades e, conseqüentemente, dos fluxos de pessoas e mercadorias rouba aos habitantes da cidade as condições de uma vida social espontânea e de sentido comunitário. Em nome da tranqüilidade e da necessidade de lazer e recreação, artificializa-se a vida em comunidade.

Esta é a concretude onde o espaço, produto da intervenção do próprio homem, converte-se em produto da intervenção do capital, dissimulado pela ação do Estado, e a própria vida social do indivíduo — a prática social — se atrofia e se comprime num espaço que não mais é seu: ambos, o espaço e a vida social, se mercadorizam. O homem, rompidas as relações naturais de vizinhança, de amigos, de comunidade, se vê colocado numa vida social automatizada, mercadorizada e artificial, onde o próprio trabalho deixa de ser uma função natural para se transformar numa atividade extorquida.

Fragmentado o espaço, transformado em mercadoria que se vende e se compra — e aqui estamos entendendo o espaço social —, ele é retomado como arena de ação do poder do Estado. Já o fora antes, quando da implantação do Distrito Industrial, e agora o é novamente — sem que haja uma ruptura do processo — para atender às degradações geradas no próprio espaço. As táticas e subsistemas adotados e implantados, isto é, redes viárias e de transportes, conjuntos habitacional e Centros Esportivos Comunitários nada mais são do que formas para se restabelecer um nível aparente de coesão.

Neste momento, o habitante de Betim não dispõe mais de seu espaço: este sofre a intervenção do Estado, que procura dirigir e controlar a sua constituição. Este tipo de intervenção é apresentado como exigência para a manutenção da ordem urbana. Agindo inicialmente em nome de todos, o Estado colabora na sua mudança, e, como tal mudança produz corrupção, ele age agora novamente em nome de todos para restaurar a harmonia.

Considerada a totalidade do espaço social e o seu ser contraditório, a busca desta coesão revela-se coerente, ao mesmo tempo que aguça as contradições. Isto podemos detectar na relação centro-periferia: enquanto o Estado, ao promover a reestruturação viária e de transportes, a ampliação do saneamento básico etc., prestigia o centro e o revaloriza, acentua-se a expulsão de grande massa

de população para aquelas parcelas periféricas do espaço social. O mesmo ocorre com a intromissão que se dá no espaço, no que tange à prática social de comunidades artificiais — centros esportivos, áreas de vizinhança etc.

Se considerarmos o espaço social como um espaço dinâmico, e mantidas as relações de produção capital-trabalho, o que ocorre não é simplesmente o recrudescimento dos conflitos. O que há é "... a marcha específica das contradições alargadas. Alargadas a quê? Ao mundo: ao mundial". (LEFEBVRE-1973:104.)

BETIM (1978) Prefeitura Municipal. *Betimcura*.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista — A Degradação do Trabalho no Século XX*.

CASTELLS, M. (1978) *La Cuestión Urbana*. México, Siglo Veintiuno Editores, 5ª edição.

COUTINHO, L. G. (1978) "O Setor Produtivo Estatal: Autonomia e Limites, *Ensaio de Opinião 2+3*, Rio de Janeiro, Editora Imibia Ltda., vol. 5. p. 28-33.

CHAUÍ, M. (1978) *O Que é Ideologia*. São Paulo, Brasiliense.

CURY, C. R. J. (1979) *Educação e Contradição. Elementos Metodológicos para uma Teoria Crítica do Fenômeno Educativo*, São Paulo Tese de Doutorado — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (mimeo.).

FIAT, (1973) "Arrancada Industrial de Minas", revista *Tendência*, agosto, nº 0.

IANNI, O. (1977) *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

LEFEBVRE, H. (1973) "A Re-Produção das Relações de Produção", *Cadernos O Homem e a Sociedade*, Porto, Publicações Escorpião, trad. de Antonio Ribeiro e M. Amaral.

LE VEN, M. M. (1977) *Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado — Universidade Federal de Minas Gerais (mimeo.).

- LOWY, M. (1975) *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, trad. Reginaldo Piero.
- MARX, K. (1979) *A Origem do Capital*. A Acumulação Primitiva, São Paulo, Editora Global, trad. de Walter S. Maia.
- *O Capital*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 6 volumes, trad. de Reginaldo Sant'Anna.
- (1978) *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito), São Paulo, Editora Ciências Humanas Ltda., trad. de Eduardo Sucupira Filho.
- MINAS GERAIS, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, *Diagnóstico da Economia Mineira*, Belo Horizonte, 7 volumes.
- (1968) *Projeto "Cinco", Cidade Industrial, Estudo de Viabilidade*, Belo Horizonte.
- MINAS GERAIS, Instituto de Desenvolvimento Industrial, "Da Falta de Perspectiva à Industrialização, *Informativo do INDI*, Belo Horizonte.
- (1977) *Informações Básicas para Investidores*, Belo Horizonte.
- MINAS GERAIS, Governo do Estado. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (1978), *Comportamento da Economia Mineira — 1960/77*, Belo Horizonte, 18 volumes.
- (1976) *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social — 1972*, Belo Horizonte.
- RODRIGUES, N. (1979) *Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Tese de Doutorado — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (mimeo.).
- SANTOS, M. (1977) "Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método", in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, junho, nº 54, p. 81-99.
- SILVA, A. C. da (1978) *O Espaço Fora de Lugar*, São Paulo, HUCITEC.
- SINGER, P. (1975) *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Editora Brasiliense — CEBRAP, 2ª edição.
- QUAIANI, M. (1979) *Marxismo e Geografia*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, trad. de Lílíana Langana Fernandes.

RESUMO

O presente artigo tem uma dupla preocupação: a primeira é historiar e documentar as etapas do processo de implantação do distrito industrial de Betim em Minas Gerais; a segunda é analisá-lo a partir de um quadro teórico secundado por uma "epistemologia dialética" e inseri-lo na dinâmica do Capitalismo Monopolista.

Em seguida analisa, à luz da teoria proposta, a evolução do Estado brasileiro, em especial nos governos que se sucederam após o golpe de 1964, dentro do processo de expansão ampliada do capital. No Brasil, liderada pelo Estado. Liderança esta que ocasiona uma série de intervenções na ordem social preexistente, alterando os fluxos migratórios e acentuando o processo de proletarianização e marginalização das massas brasileiras.

Dentro desta perspectiva, a produção do espaço do distrito industrial de Betim é demonstrada; o caso Fiat é explicitado, e as contradições *no e pelo* espaço desvendadas. A isto se acrescenta que o espaço não pode ser tratado como uma idéia, independente das relações sociais e de produção.

Conclui que a própria vida social do indivíduo — sua praxis social — se atrofia e se comprime num espaço que não é mais seu: ambos, espaço e vida social, se mercadorizam.

RÉSUMÉ

Le présent article a une double préoccupation: la première est d'historier et de documenter les étapes du procès d'implantation du district industriel de Betim en Minas Gerais; la seconde est de l'analyser à partir d'une proposition théorique secondée par une "épistémologie dialectique" et de l'introduire dans la dynamique du Capitalisme monopoliste.

Ensuite il analyse, sous la théorie proposée, l'évolution de l'État brésilien, spécialement dans les gouvernements qui se suivent après le coup d'état de 1964, au dedans du procès d'expansion amplifié du Capital. d'Au Brésil lideré par l'État. Cette liderance a occasioné beaucoup d'interventions dans l'ordre social préexistant, changeant les flux migratoires, renforçant le procès de prolétarianisation et de marginalisation de la plus grande partie de brésiliens.

A partir de ce point de vue, la production de l'espace du district industriel de Betim est démontrée, l'affaire Fiat explicité, et les contradictions *dans et pour* l'espace dévoilées.

On ajoute que l'espace ne peut pas être traité comme une idée, indépendant des relations sociales et de production.

L'auteur conclut que la vie sociale des individus elle-même — la praxis sociale — s'atrophie et se comprime dans un espace que n'est guère le sien: les deux, l'espace et la vie sociale, sont mercantilisée.

ABSTRACT

The present paper has a double concern: the first is to historize and to document the Betim (Minas Gerais) industrial district implantation process; the second is to analyze it from a theoretical proposal, seconded by a "dialectical epistemology", and insert it into a monopolistic Capital dynamics.

Next, it analyzes, under the theoretical proposal parameters, the Brazilian State evolution, especially during the governments rised after 1964, into a Capital amplified expansion process. In Brazil, led by the State. This leadership causes some interventions into a preexistent social order, altering the migrations fluxes, amplieand the Brazilian masses marginalization and proletarianization.

From this theoretical point of view, Betim industrial district space production is made evident; the Fiat case explained the *into* and *by* spece contradictions, disclosed. To this is added that the space must not be treated as an idea, independent from social and production relations.

It concluded that the real individual social life — his social praxis — is atrophied and compressed into a space that isn't yours no more: both, the space and social life, are merchandized.